

Ensino Transformador: O Papel das Políticas Públicas na Promoção da Educação Empreendedora

André Gusmão Cavalcanti

Universidade Aberta-Portugal | criativo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1146-5420>

Laércio José de Oliveira

Senador da República do Brasil
<https://orcid.org/0009-0008-7139-6360>

Resumo: A Educação Empreendedora (EE) tem se consolidado como uma abordagem fundamental para o desenvolvimento de competências essenciais aos estudantes, contribuindo para a inovação, a resiliência e a autonomia no ambiente educacional. No Brasil, sua implementação tem sido impulsionada por políticas públicas que buscam aproximar o ensino das demandas do mundo do trabalho, conforme estabelecido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, desafios como a capacitação docente e a infraestrutura limitada ainda dificultam a efetividade dessas iniciativas. Este estudo analisa o impacto das políticas públicas na promoção da EE, identificando marcos regulatórios, práticas pedagógicas e desafios enfrentados por gestores e educadores. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental de leis, diretrizes e relatórios institucionais. Os resultados indicam que, embora haja um ambiente jurídico favorável, a efetivação da EE nas escolas brasileiras requer investimentos em formação docente, metodologias inovadoras e um acompanhamento sistemático das políticas educacionais. Conclui-se que o fortalecimento da EE depende de uma articulação estratégica entre governo, escolas e instituições como o Sebrae, garantindo uma formação empreendedora que prepare os alunos para um mercado de trabalho dinâmico e para a construção de projetos de vida mais autônomos e inovadores.

Palavras-chave: educação empreendedora, políticas públicas, formação docente, bncc, ensino inovador

Abstract: Entrepreneurial Education (EE) has become a fundamental approach for developing essential student competencies, fostering innovation, resilience, and autonomy in the educational environment. In Brazil, its implementation has been driven by public policies aimed at aligning education with labor market demands, as established by the National Common Curricular Base (BNCC). However, challenges such as teacher training and limited infrastructure still hinder the effectiveness of these initiatives. This study analyzes the impact of public policies on promoting EE, identifying regulatory frameworks, pedagogical practices, and challenges faced by educators and policymakers. The research adopts a qualitative approach based on documentary analysis of laws, guidelines, and institutional reports. The findings indicate that, although there is a favorable legal environment, the effective implementation of EE in Brazilian schools requires investment

in teacher training, innovative methodologies, and systematic monitoring of educational policies. The study concludes that strengthening EE depends on a strategic collaboration between the government, schools, and institutions such as Sebrae, ensuring an entrepreneurial education that prepares students for a dynamic job market and the construction of more autonomous and innovative life projects.

Keywords: entrepreneurial education, public policies, teacher training, bncc, innovative teaching

1. INTRODUÇÃO

A Educação Empreendedora (EE) pode ser considerada como um elemento essencial para o desenvolvimento econômico e social. Seu impacto na sociedade é refletido quando passamos a perceber uma maior promoção de competências como a inovação, a resiliência e a cultura empreendedora. Segundo a Direção-Geral da Educação de Portugal (DGE) em seu Referencial de Educação para o Empreendedorismo, a educação para o empreendedorismo precisa ser inserida no escopo da educação para a cidadania e assim, conseguir promover o desenvolvimento das competências empreendedoras, com o intuito de capacitar alunos a identificar oportunidades, construir ideias e as transformar em valor para a sociedade. (DGE, 2024, p. 6).

A implementação da EE no Brasil, tem sido impulsionada pelas políticas públicas que procuram aproximar mais o ensino às demandas do mundo do trabalho. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que a educação empreendedora deve estar inserida nos itinerários formativos do Ensino Médio, promovendo habilidades que permitam aos estudantes desenvolver autonomia e pensamento crítico (Brasil, 2018, p. 466).

Entretanto, essas políticas enfrentam muitos desafios estruturais e operacionais. Segundo **Silva et al.** (2023, p.18), “embora haja progressos na incorporação dessa disciplina nas escolas, ainda existem desafios significativos. Muitos professores carecem de conhecimento e tempo para integrar eficazmente o empreendedorismo em suas salas de aula, o que indica a necessidade de treinamento e suporte adicionais para os educadores”. Na tentativa de transformar o ambiente educacional brasileiro, as políticas públicas buscam desempenhar um papel central para a efetivação da educação empreendedora no Brasil. Dessa forma, é possível dar a possibilidade aos estudantes de adquirir competências voltadas para a construção de um projeto de vida, para o mercado de trabalho ou para a criação do seu próprio negócio.

Por outro lado, essa implementação pode variar conforme os recursos disponíveis e o apoio do Governo e do Congresso Nacional. Conforme argumentam **Silva, Nascimento e Ribeiro** (2023, p. 228), “há no Brasil um ambiente jurídico favorável a implantação de projetos educacionais, por meio de políticas públicas que podem fomentar a educação empreendedora com capacidade de inovar, gerar renda e trabalho.”

Este artigo tem, portanto, o objetivo de analisar o impacto das políticas públicas na promoção da educação empreendedora nas escolas brasileiras, investigando o contexto e

os fundamentos da educação empreendedora, as principais políticas públicas voltadas para a educação empreendedora no Brasil, as metodologias e práticas pedagógicas mais eficazes para o ensino do empreendedorismo e ainda os desafios e as oportunidades na implementação da educação empreendedora no país.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental de marcos legais, estudos acadêmicos e relatórios institucionais. O estudo busca contribuir para um melhor entendimento das políticas públicas que moldam o ensino do empreendedorismo e para a formulação de estratégias mais eficazes na sua implementação.

Assim, ao analisar as políticas públicas existentes e os desafios enfrentados, este artigo pretende oferecer subsídios para o aprimoramento das estratégias educacionais voltadas ao empreendedorismo, permitindo que mais estudantes possam se beneficiar dessa abordagem transformadora.

2. EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: FUNDAMENTOS E RELEVÂNCIA

A educação empreendedora está diretamente ligada ao projeto de vida de um indivíduo e não especificamente como um caminho para abrir uma empresa. A EE é um elemento essencial para a formação de indivíduos aptos a enfrentar os desafios e as oportunidades que surgem dia após dia. Segundo o **Termo de Referência em Educação Empreendedora do SEBRAE** (2020, p.103), “O desenvolvimento das competências empreendedoras é considerado essencial e transversal no processo de aprendizagem durante a vida e responsável por formar o espírito empreendedor e por ser a base da cidadania, da empregabilidade e da inclusão social”.

De acordo com **Soster Luz et al.** (2024, p.354), “a educação empreendedora (EE) tem se tornado um tema cada vez mais pesquisado, se destacando como fator de desenvolvimento humano e de crescimento econômico”. Habilidades como a criatividade, a inovação, a resiliência e o pensamento crítico, são fortalecidas com a aplicação da EE. Além da capacitação para criação de novos negócios a EE promove uma formação ainda mais abrangente e alinhadas com as demandas atuais.

No Brasil, a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** reconhece a importância da educação empreendedora ao integrá-la no itinerário formativo do Ensino Médio. O empreendedorismo aparece com um dos eixos estruturantes dos itinerários formativos do Ensino Médio. Conforme descrito na BNCC:

IV – Empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias” (Brasil, 2018, p. 479)

Para o **Sebrae** (2020, p.104), “a Educação Empreendedora visa desenvolver a pessoa como agente de mudança por meio de processos de aprendizagem pessoal e profissional, para que atue consciente e responsabilmente na sociedade”. Mas para que isso aconteça, precisa estar diretamente ligada à formação de professores capacitados para atuar nessa área.

Diversas iniciativas demonstrar um impacto positivo da educação empreendedora na economia e na sociedade. No contexto europeu, por exemplo, a **Comissão Europeia** defende a integração de competências empreendedoras nos currículos escolares como forma de impulsionar a inovação e a empregabilidade.

Bezerra et al. (2014, citado por **Alves et al.** (2023, p.5), argumenta que, "As políticas públicas representam a implementação de iniciativas governamentais por meio de programas e ações que envolvem diversas unidades e atores tanto do governo quanto da sociedade em geral. Além disso, elas têm uma perspectiva social na promoção do bem-estar, com o objetivo de mitigar a desigualdade social causada pelo modelo econômico em vigor", entretanto, é fulcral que a políticas públicas passem por avaliações e sejam aprimoradas continuamente, a fim de garantir que possam atingir os seus objetivos.

Segundo **Jardim** (2024, p.8), "As políticas educativas devem, portanto, ser desenhadas com uma visão holística, integrando a educação empreendedora no currículo e incentivando parcerias entre escolas, universidades, empresas e governos. Esta colaboração multidimensional é fundamental para criar um ecossistema educativo que não só responda aos desafios globais, mas também os antecipem, promovendo uma cultura de inovação responsável e sustentável".

A educação empreendedora pode ser destacada como uma espécie de catalisador para que se construam sociedades mais inovadoras e economicamente sustentáveis. Quando os currículos escolares passam a integrar a EE, políticas educacionais podem contribuir para que se formem indivíduos mais preparados e que possam contribuir para o crescimento econômico, cultural e social de um povo.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

No Brasil, as Políticas públicas de fomento à educação empreendedora têm se tornado um importante mecanismo para fortalecer a cultura empreendedora no ambiente das escolas. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394 de 1996) fornecem suporte legal para a inclusão do empreendedorismo na educação básica, com vistas à formação de cidadãos capacitados para inovar e empreender.

Diversas iniciativas passaram a ser implementadas a fim de promover a EE no Brasil. Destaque para o Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), lançado pelo Sebrae, que busca estruturar parcerias entre o setor privado e os sistemas de ensino público e privado, proporcionar formação para professores e fornecer materiais didáticos voltados ao ensino do empreendedorismo. De acordo com **Alves et al.** (2023, p. 9), "Assim, por meio dessas políticas públicas, o Brasil busca promover um ambiente favorável ao empreendedorismo, incentivando a criação e o crescimento de novos empreendimentos, bem como o desenvolvimento de soluções inovadoras que impulsionam a economia e a sociedade como um todo."

Apesar dos avanços, alguns desafios ainda persistem. O Ministério da Educação (MEC), em conformidade com a Lei nº 13.415/2017, tem incentivado algumas estratégias de apoio que possibilitem novas estruturas curriculares, entretanto, debates acerca da

inclusão do empreendedorismo como disciplina específica ainda não chegaram a um denominador comum e ainda há a orientação de que o tema seja abordado de forma transversal, ou seja, integrado às diversas áreas do conhecimento.

O Congresso Nacional tem um papel essencial na formulação e no aprimoramento das políticas públicas voltadas para a educação empreendedora. Um dos principais atores na formulação e execução de políticas públicas que promovem a educação empreendedora, o Senado Federal desempenha um papel estratégico por meio da sua atuação e articulação com diferentes setores da sociedade. Várias discussões tramitam no Senado Federal sobre a integração do empreendedorismo ao ensino e como ela deve ser visto como uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento econômico e social do país.

No relatório de 2022/2023⁸ o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) indica que ainda não houve uma plena incorporação da educação empreendedora na prática pedagógica dos professores da educação básica no Brasil. A pesquisa aponta que 32% dos professores entrevistados já utilizaram práticas relacionadas ao ensino do empreendedorismo, enquanto a maioria, cerca de 68% afirmaram que não se sente preparada ou ainda não tem conhecimento suficiente acerca do tema.

A falta de capacitação, portanto, é a principal barreira identificada, logo a seguir, vem a ausência de diretrizes claras no currículo escolar e ainda a escassez de materiais didáticos específicos. Entretanto, organizações como o Sebrae tentam suprir essas lacunas na promoção da Educação Empreendedora, através de pesquisas, ferramentas, cursos, premiações e eventos destinados a capacitação de professores, profissionais, estudantes e gestores ligados ao empreendedorismo.

Entende-se, portanto, a inequívoca necessidade de formação continuada de educadores e na criação de políticas públicas que incentivem a integração do empreendedorismo nos currículos escolares de maneira definitiva. O Brasil possui um arcabouço legal e institucional favorável ao fomento da EE, entretanto, a efetividade desses incentivos depende também das parcerias público privadas (PPP), para superar os desafios existentes e promover uma cultura empreendedora sólida e inclusiva em todo o país.

3.1 PROPOSTAS DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO

No Congresso Nacional⁹ em Brasília, há registros de diversos projetos de lei relacionados à educação empreendedora no Brasil. O PL nº 3.796/2024¹⁰, de autoria do Deputado Tadeu Oliveira (PL/CE), que aguarda o parecer da Comissão de Educação, tem como objetivo

⁸ O **Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2022/2023** entrevistou **2.000 indivíduos da população adulta brasileira**, abrangendo cidadãos de **18 a 64 anos**, além de **52 especialistas** selecionados para opinar sobre as condições do empreendedorismo no país

⁹ Este artigo foi escrito durante os meses de janeiro e fevereiro de 2025, portanto, a depender da data da leitura, requer uma checagem nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

¹⁰

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2481120&filename=PL%203796/2024

principal a promoção da cultura empreendedora e a inovação entre os jovens, utilizando atividades complementares nas escolas públicas, instituindo o Programa Nacional de Educação Empreendedora e Inovadora.

Por sua vez, no Senado Federal, tramita o PL nº 2.356/2024¹¹, proposto pelo Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), que tem como objetivo, instituir a Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira (PNEEF), na busca pelo estímulo ao desenvolvimento de competências financeiras. O Projeto de Lei vislumbra várias ações, como a oferta de cursos de formação para professores e gestores e a promoção de eventos relacionados com o tema. O projeto está em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos.

Em junho de 2024, no Funchal, em Portugal, foi assinado o pacto da Rede dos Municípios Promotores do Empreendedorismo, juntamente com nove municípios portugueses e sete instituições de ensino superior que participaram do I Congresso Internacional dos Municípios Promotores do Empreendedorismo realizado em Funchal, na Ilha da Madeira, em Portugal. O documento reconheceu a fundamental importância do empreendedorismo como motor do desenvolvimento econômico, social e cultural. Aprovado pelo Senado e encaminhado para a Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.944/2021¹², de autoria da Senadora Kátia Abreu (PP/TO), propõe alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com o intuito de incluir o empreendedorismo e a inovação nos currículos da educação básica e superior.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA EM PORTUGAL

Em Portugal, as políticas públicas de educação empreendedora são um ator essencial na promoção da inovação e no fomento do empreendedorismo no país. De acordo com **Andrade** (2019, p.16), "as políticas públicas devem providenciar medidas adequadas sobre esta temática, nomeadamente promovendo e criando condições de acesso à investigação e desenvolvimento (I&D), visto que este é um processo fundamental para a geração de novos produtos e serviços e de novas tecnologias".

O IAPMEI, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, é uma das entidades públicas mais relevantes nesse cenário. Sobre o IAPMEI, **Andrade** (2019, p.3) destaca que "Promove ações favoráveis para o reforço do espírito da competitividade empresarial e desenvolve estratégias de crescimento e internacionalização das empresas portuguesas", demonstrando que o Estado deve atuar diretamente no suporte às empresas e criar programas de incentivo e de facilitação no acesso a investimentos e qualificações.

Um outro ponto que podemos considerar fundamental e um dos focos centrais das políticas públicas em Portugal é a digitalização das PME. A transformação digital permite

¹¹ https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9635895&ts=1735842684004&rendition_principal=S&disposition=inline

¹² https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2087869&filename=PL%202944/2021

esse passo à frente e as tecnologias da informação e comunicação podem desempenhar esse papel importante para a economia, pois proporcionam um impacto bastante positivo interna e externamente nas organizações. (Andrade, 2019, p.23). Assim, há um incentivo para que empresas modernizem seus processos e incorporem soluções digitais.

A internacionalização também tem sua posição estratégica dentro das políticas públicas de educação empreendedora e inovação. Conforme afirma **Andrade (2019)**, "O objetivo é de apoiar a internacionalização das empresas para que possam ganhar maior dimensão de mercado, melhorar o acesso à mão de obra especializado, de novas matérias primas, reduzir a concorrência entre outros aspetos". Políticas públicas bem estruturadas, permitem o fortalecimento da inovação, da transformação digital e da internacionalização, o que ajuda a promover um ambiente econômico bastante sustentável.

4 METODOLOGIAS ATIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Cada vez mais reconhecida como um elemento fundamental na formação de indivíduos preparados para atuar em uma sociedade dinâmica e em transformações constantes, a educação empreendedora precisa que sejam adotadas metodologias e práticas pedagógicas inovadoras para que seja eficaz e consiga incentivar o desenvolvimento das competências empreendedoras.

Segundo o **Referencial de Educação para o Empreendedorismo**, essas competências "têm como base a criatividade, o pensamento crítico, a resolução de problemas, a iniciativa, a perseverança, o trabalho colaborativo, o planejamento e a gestão de projetos" (Referencial de Educação para o Empreendedorismo, 2024, p. 11), o que reforça ainda mais a ideia de que o espírito empreendedor pode ser desenvolvido e aprimorado por meio de metodologias adequadas.

Uma das metodologias mais reconhecidas na educação empreendedora é a **Aprendizagem Baseada em Problemas ou Problema Based Learning - PBL**, que tem como princípio básico, a colocação do aluno no centro do processo de aprendizagem. Segundo o **Termo de Referência em Educação Empreendedora do Sebrae (2020)**, a ABP "se inicia com a apresentação de uma pergunta essencial, problema ou situação problema que não possa ser respondida prontamente, para provocar a necessidade de aprofundar o conhecimento para respondê-la" (p. 126). O pensamento crítico e a autonomia dos estudantes são estimulados com esse método a partir do momento que exige que sejam analisados cenários, elaboradas hipóteses e propostas de soluções.

Outra metodologia amplamente adotada é a **Aprendizagem Baseada em Projetos (ABPj)**. De acordo com o **Sebrae (2020)**, "os alunos trabalham cooperativamente visando responder a uma questão ou resolver um problema complexo" (p. 127). Essa abordagem permite o desenvolvimento das habilidades essenciais dos envolvidos na prática empreendedora, como colaboração, criatividade e tomada de decisão.

Além disso, os estudos de caso são amplamente utilizados no ensino da educação empreendedora. **Araujo e Davel (2018, p.11)** citam **Salusse & Andreassi (2013)**, e

destacam que essa metodologia "fundamenta-se no incentivo aos estudantes para a tomada de decisão nas situações apresentadas e discutidas em sala de aula, além de analisar e aprender com as possíveis consequências das decisões escolhidas". Quando lidam com esses cenários, os estudantes refletem sobre as soluções possíveis e são incentivados a identificar as tendências, fazendo uma correlação com os conhecimentos teóricos e as aplicações práticas.

Simuladores e jogos de empresas, são também ferramentas eficazes que promovem a imersão dos estudantes em um ambiente de negócios. Segundo **Araujo e Davel** (2018, p.10), "a utilização de jogos e simuladores de empresas permitem um aprendizado mais proativo, trazendo para a sala de aula um pouco da realidade das empresas e do mercado, desafiando os estudantes para um aprendizado mais "prático", aprendendo a tomar decisões e conhecer o mundo empresarial de forma virtual". Essa metodologia permite uma experimentação da realidade, porém, sem os riscos reais do mercado.

Podemos acrescentar ainda, a sala invertida, a mentoria, o desenvolvimento do plano de negócios, entre outras metodologias que demonstram o poder da educação empreendedora de ir além de uma simples transmissão de conteúdo, onde tudo perpassa pela experimentação, pela colaboração e pela aplicação da prática do conhecimento. De acordo com **Almeida, Lima & Botelho** (2024, p.202), "As metodologias ativas buscam combinar teorias de aprendizagem com experiências, para gerar uma aprendizagem significativa para o estudante, além de apresentar novas possibilidades de atuação para os educadores, diante da necessidade de uma educação que atenda os desafios deste século XXI".

5 DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Vista como uma estratégia essencial para o desenvolvimento de competências voltadas à inovação e ao protagonismo dos alunos, a implementação da educação empreendedora no Brasil enfrenta desafios significativos em sua efetivação, principalmente quando falamos de estrutura curricular e adaptação pedagógica. Segundo **Silva, Nascimento e Ribeiro** (2023, p.233), "a implementação das políticas públicas de fomento à educação empreendedora firma-se numa base legal concreta, todavia depende de vontade política para efetivação".

A formação docente deve passar por várias mudanças para que se possa integrar o empreendedorismo ao ensino básico. Desde a organização dos conteúdos programáticos até o próprio ambiente escolar, que vai favorecer a aplicação prática do conhecimento. De acordo com **Schaefer e Minello** (2016, p. 61), "o desenvolvimento e implementação de programas de educação empreendedora seguem as recomendações da Unesco para a educação do século XXI, que são aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser"

Segundo **Silva, Nascimento e Ribeiro** (2023, p. 230), "a Educação Empreendedora é um vetor do desenvolvimento do Brasil e, por conseguinte, requer políticas públicas adequadas à sua implementação". Para que se consiga uma implementação eficaz, há que se

construir uma articulação entre a política, instituições de ensino e o setor produtivo, criando um ecossistema que seja propício ao desenvolvimento do empreendedorismo.

Segundo **Luz et al.** (2024, p. 353), “a relevância da articulação de diferentes instituições de forma a assegurar que a educação empreendedora seja um programa público e, conseqüentemente, esteja devidamente institucionalizado a fim de alavancar e perpetuar seus resultados”. O que reitera o conceito de uma maior integração entre as diversas iniciativas existentes e as instituições e órgãos federativos.

Algumas instituições de ensino ainda têm uma certa resistência à mudança, o que pode ser um fator que dificulta a implementação de práticas inovadoras. Modelos tradicionais de ensino, que não favorecem a experimentação prática do empreendedorismo, ainda são aplicados, apesar da BNCC indicar a inserção de competências voltas à cultura empreendedora. Entretanto, a formação insuficiente dos professores e a falta de recursos pedagógicos adequados, dificultam a implementação.

Uma das principais oportunidades é a integração do setor produtivo às iniciativas educacionais. Parcerias entre escolas, universidades e empresas podem criar um ecossistema mais dinâmico, no qual os estudantes tenham contato direto com desafios reais do mercado de trabalho e desenvolvam competências essenciais para o mundo profissional.

No Brasil, instituições como o Sebrae e o Sistema S (Sesc, Senac, Senai) desenvolvem projetos durante todo o ano em benefício do empreendedorismo, desde a formação profissional, com o Senac, passando pelo social do Sesc e culminando com os projetos empreendedores do Sebrae. O Senac, por exemplo, desempenha um papel fundamental na capacitação profissional e na promoção do empreendedorismo no Brasil, preparando indivíduos para atuarem no mercado de trabalho de forma qualificada e inovadora.

Segundo **Fonseca Junior e Hashimoto** (2024, p.7) "Ao longo de quase 70 anos de atividades, o SENAC espalhado por todo o Brasil preparou mais de 40 milhões de pessoas para o setor de Comércio e Serviços, contribuindo para a valorização do trabalhador, por meio de sua capacitação profissional em doze áreas de formação, incluindo cursos de idiomas". Com uma metodologia voltada para o desenvolvimento de competências empreendedoras, a instituição é braço forte no enfrentamento aos desafios do empreendedorismo.

O Sebrae, por sua vez, é um dos principais agentes na disseminação da cultura empreendedora, oferecendo consultorias, capacitações e programas que auxiliam tanto na abertura quanto na gestão de negócios, fortalecendo a economia e impulsionando a inovação no setor produtivo. Segundo **Melo** (2008, p. 66), "[...] o SEBRAE procura desenvolver formas de consultoria e de outros serviços de modo que o empresário seja responsável por sua própria mudança. Assim, surgem as consultorias coletivas, os cursos à distância, a contratação de consultores terceirizados (chamados de multiplicadores). A ideia é promover a auto implantação dos programas nas empresas".

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fator essencial para a formação de indivíduos mais autônomos, inovadores e preparados para encontrar soluções para os desafios atuais, a Educação Empreendedora (EE) emerge como uma estratégia essencial e esse estudo buscou justamente analisar o impacto das políticas públicas na promoção dessa abordagem educacional e de como essas ações influenciam a eficácia da educação. **Jardim** (2024, p. 239), citando **Gibb** (2022) e o próprio **Jardim** (2022), diz que, "Esses conhecimentos podem ser usados na exploração dos seus talentos e no desenvolvimento da capacidade de liderança, tendo como base princípios éticos e a possibilidade de ser agente de transformação social."

Desafios estruturais e operacionais ainda precisam ser superados e a inserção da EE na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em programas educacionais, além de fortalecer essa luta, nos permite reconhecer a sua importância para o desenvolvimento econômico e social de um país. Segundo **Lopes, Silva, & Silva** (2024, p. 475), "No Brasil, o ensino do empreendedorismo na Educação Básica está amparado pela BNCC, que trata da educação empreendedora e propõe uma preparação básica para o trabalho e para a cidadania, de modo que sejam desenvolvidas competências para o mundo do trabalho."

Alves et al. (2023, p. 5) citam BEZERRA et al (2014), afirmando que "As políticas públicas representam a implementação de iniciativas governamentais por meio de programas e ações que envolvem diversas unidades e atores tanto do governo quanto da sociedade em geral. Além disso, elas têm uma perspectiva social na promoção do bem-estar, com o objetivo de mitigar a desigualdade social causada pelo modelo econômico em vigor", fortalecendo, portanto, a efetividade das políticas públicas, mas reconhecendo seu condicionamento à articulação entre os mais diferentes atores do ecossistema educacional.

Escolas, gestores, professores e instituições de formação profissional como o Sebrae e o Senac, desempenham esse papel relevante de dar suporte e construção de projetos para a formação de professores, empreendedores e alunos dos anos iniciais, semeando a cultura empreendedora e disseminando as metodologias empreendedoras. Entretanto, não é suficiente a simples inclusão da EE no currículo escolar. Segundo **Schaefer & Minello** (2016, p. 71), "As particularidades do ensino de empreendedorismo fogem dos princípios tradicionais de educação e adotam formas diversas no processo de ensino-aprendizado, tais como: solucionar problemas, interagir com os pares e outras pessoas através de trocas com o ambiente, trabalhar sob pressão, copiar outros empreendedores, decidir sob pressão, aproveitar oportunidades, aprender com os próprios erros e pelo feedback de clientes."

A Educação Empreendedora não deve ser relacionada apenas como uma forma de ensinar o aluno a criar novos negócios. A EE, como Projeto de Vida e como base para o aluno construir seu caminho, se apresenta como uma estrada pavimentada que auxilia no desenvolvimento de competências consideradas essenciais e fundamentais para a preparação do aluno em busca do futuro, incluindo a capacidade de adaptação e a facilidade para inovar. Todos esses recursos e necessidades exigem um compromisso político que se comprometa com a efetivação dos investimentos em formação docente, excelência no desenvolvimento de materiais pedagógicos e constante avaliação das iniciativas que

estejam em andamento. Assim, podemos tornar possível a transformação do ensino e fazer chegar aos estudantes brasileiros a grande maioria das oportunidades reais de crescimento pessoal e profissional.

Para que a Educação Empreendedora seja efetivada no Brasil em sua plenitude, é de suma importância que as políticas públicas sejam fortalecidas e entre em definitivo na pauta da Câmara dos Deputados e do Senado da República. Bandeira que exhibe as cores da construção de um futuro melhor, a EE precisa de parlamentares e executivos, tanto governamentais quanto da iniciativa privada, que a carreguem e a façam tremular em cada novo dia, a fim de que possamos enxergar um futuro promissor e sustentável.

7 REFERÊNCIAS

- Andrade, A. dos S. (2019). *Políticas públicas para a promoção da inovação nas PME: O papel do IAPMEI* [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias]
- Araujo, G., & Davel, E. (2018). Educação empreendedora: Avanços e desafios. *Cadernos de Gestão e Empreendedorismo*, 6(3), 47-68..
- Borges, C., Najberg, E., Ferreira, V. R. S., & Costa, C. S. (2013). *Perfil das recomendações dos pesquisadores brasileiros às políticas públicas de empreendedorismo*. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(1). Direção-Geral da Educação. (2024). Referencial de educação para o empreendedorismo – Educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário. Ministério da Educação. ISBN 978-972-742-512-9.
- Fonseca Junior, R. S. da., & Hashimoto, M. (2014). A importância do ensino empreendedor na formação de nível técnico. VIII EGEPE.
- Gonçalves da Silva, A. C., Ferreira do Nascimento, A. M., & Ribeiro, M. C. (2023). *Direito à educação: Políticas públicas de fomento à educação empreendedora no Brasil contemporâneo*. *Revista Direito em Foco*, 15, 223-225.
- Jardim, J. (2020). Regiões empreendedoras: Descrição e avaliação dos contextos, determinantes e políticas favoráveis à sua evolução. *Revista de Divulgação Científica AICA*.
- Jardim, J. (2022). *365+ Dicionário de empreendedorismo*. Mais Leituras.
- Jardim, J. (2024). Modelo explicativo do impacto da globalização na educação empreendedora: Políticas globais, comportamentos empreendedores e redes internacionais. *REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal*, 13(2).
- Jardim, J. (2024). *Escola e Autocuidado: Fundamentos e Práticas para Humanizar a Educação com Base no Eneagrama*. Editora SkillsResearch.
- Lopes, V. N., Silva, A. F. G., & Silva, S. F. K. (2024). Práticas gestoras para a educação empreendedora na escola. *Ensino, Educação e Ciências Humanas*, 25(3), 475-482.
- Melo, N. M. (2008). *SEBRAE e empreendedorismo: origem e desenvolvimento* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos.
- Ministério da Educação. (2018). Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil e Ensino Fundamental. BNCC.
- Normas APA. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* (7ª edição). American Psychological Association.
- Oliveira, L. (2024, 18 de fevereiro). *A educação empreendedora: Pilar essencial para a construção de projetos de vida e o papel do Senado Federal*. Site do Senador Laércio Oliveira. <https://www.laerciooliveira.com.br/a-educacao-empreendedora-pilar-essencial-para-a-construcao-de-projetos-de-vida-e-o-papel-do-senado-federal/>
- Paschoal, L. F. S. (2017). Políticas públicas em educação empreendedora: Um estudo nas escolas públicas de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto no período de 2015-2016. Dissertação de Mestrado, Universidade de Ribeirão Preto.
- Schaefer, R., & Minello, I. F. (2016). *Educação empreendedora: Premissas, objetivos e metodologias*. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 10(3), 60-81.
- SEBRAE. (2020). *Termo de referência em educação empreendedora*. SEBRAE/MG.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). (2023). *GEM Brasil 2022-2023: Relatório executivo*. <https://www.regepe.org.br>
- Silva Alves, A. A., Silva, Â. M., Fernandes, E. C., Barbosa, W. O., Sarmiento, R. J. G., & Marques, E. S. (2023). *Empreendedorismo e políticas públicas de fomento à educação empreendedora no Brasil*. *Revista Foco*, 16(10), e3253.

- Silveira Greco, S. M. S., & Eugênio Vinci de Moraes, M. R. R. (2023). *Empreendedorismo no Brasil 2022-2023*. Global Entrepreneurship Monitor – GEM.
- Silveira, C. M. A., Lima, J. C., & Botelho, L. S. (2023). *A educação empreendedora como pontes para futuros*. Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora (CER).
- Silveira, H. B. C. (2023). Empreendedorismo e educação empreendedora: Confrontação entre a teoria e a prática. *Revista de Ciências da Administração*, 8(15).
- Tondolo, L., Bezerra, E., Silva, G., & Borges, C. (2013). *Políticas públicas de empreendedorismo no Brasil: Levantamento e análise*. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(1).

ANEXO I – Projetos de Lei em tramitação no Brasil

Institui a Política Nacional de Educação de Empreendedora e Financeira (PNEEF).

[- DOC-SF247651735333-20240410 assinado.pdf](#)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir os temas do empreendedorismo e da inovação nos currículos da educação básica e superior.

[PL-2944-2021.pdf](#)

Institui o Programa Nacional de Educação Empreendedora e Inovadora e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

[PL-3796-2024.pdf](#)

ANEXO II - Nota da Inteligência Artificial

Prompt: *Em Portugal, existe algum Projeto de Lei dedicado à Educação Empreendedora, em tramitação no Parlamento?* Atualmente, em Portugal, não há um projeto de lei específico em tramitação dedicado exclusivamente à educação empreendedora. No entanto, o país tem implementado diversas iniciativas e programas para promover o empreendedorismo no sistema educativo. Entre 2006 e 2009, o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo (PNEE) foi desenvolvido pela Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), criando condições para que as escolas fomentassem competências e atitudes empreendedoras nas comunidades educativas. ([DGE](#)) Além disso, o Referencial de Educação para o Empreendedorismo foi elaborado como um documento orientador para a intervenção pedagógica desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário. Este referencial insere-se no âmbito da educação para a cidadania e visa apoiar as escolas no desenvolvimento de práticas que promovam competências empreendedoras nos alunos. ([DGE](#)) Embora não exista uma legislação específica em tramitação sobre educação empreendedora, estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em integrar o empreendedorismo no sistema educativo, promovendo uma cultura empreendedora desde os primeiros anos de escolaridade.